

Localização municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como possibilidade para seguir ativando a Agenda 2030: uma revisão narrativa

Marco Akerman¹, Rosilda Mendes², Giulia Muniz de Oliveira¹, Paulo Santos de Almeida³, Maria Fernanda Frutuoso², Cassio Viana⁴, Rubens Yoshimassa Moriya⁵, Nina Wallerstein⁶

¹Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (SP), Brasil

²Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Santos (SP), Brasil

³Escola de Artes e Ciências Humanas, USP – São Paulo (SP), Brasil

⁴Instituto Camará Calunga (ICC) – São Vicente (SP), Brasil

⁵Observatório de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo – FSP/HSP/USP, São Paulo (SP), Brasil

⁶Universidade do Novo México (UNM) – Novo México, EUA

RESUMO

A agenda 2030 que propugna os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ficará imune às consequências dos efeitos da pandemia? Esse artigo analisa o debate internacional que afirma que é mais necessário do que nunca seguir a Agenda 2030 com a mesma ambição, independentemente dos efeitos da pandemia, e aponta possibilidades para seguir atuando na ativação da Agenda. Sob a ótica de uma revisão narrativa contextualizada e qualitativa são apresentados os planos de implementação da Agenda 2030 de cinco únicos municípios brasileiros reportados voluntariamente no site da ONU, entre 2017 e 2023. Estes planos são analisados 1) por sua visão de futuro, 2) pela sua ambição na definição de metas, e 3) pelas atividades de ativação local da Agenda. Os municípios atendem ao clamor internacional da necessária localização da agenda, pois todos os cinco identificam ações locais conectadas com os 17 ODS, mas fazem suas, respectivas, escolhas e prioridades. Esses cinco casos demonstram possibilidades de ativação da Agenda 2030 localmente mesmo frente ao impacto social, sanitário e econômico da Covid-19.

Palavras-chave: cidades; governo local; desenvolvimento sustentável; agenda de prioridades em saúde; política pública.

INTRODUÇÃO

Agenda 2030 e os efeitos da pandemia

O mundo para o qual retornaremos após as medidas de distanciamento físico adotadas pela maioria dos países do mundo será o mesmo do qual viemos?

Krenak¹ em recente ensaio “O amanhã não está à venda” afirma que se voltarmos à normalidade é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo

Como citar este artigo: Akerman et al. Localização municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como possibilidade para seguir ativando a Agenda 2030: uma revisão narrativa. *ABCS Health Sci.* 2024;49:e024307 <https://doi.org/10.7322/abcshs.2023047.2307>

Recebido: 11 Mai 2023

Revisado: 14 Set 2023

Aprovado: 24 Out 2023

Autor para correspondência: Marco Akerman – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo - Avenida Dr. Arnaldo 715 – Pinheiros – CEP: 01246-904 - São Paulo (SP), Brasil - Email: marcoakerman@usp.br

Declaração de interesses: nada a declarar



This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License
© 2024 Os autores

inteiro. Iamarino², virologista e difusor científico adverte: “Após o coronavírus, o mundo não voltará a ser o que era. A pandemia da Covid-19, deve mudar, para sempre, ciência, imprensa, política, trabalho e relacionamentos”.

Alguns estudiosos vêm chamando essa futura condição de o “novo normal”³, mas há quem afirma que o termo virou um “clichê de sucesso” e de que o “novo normal é o novo anormal”⁴. Para Brum⁵ esse mundo já estava, e seguirá em disputa, em todos os campos da vida social, econômica, política, ambiental, cultural e nos modos de levar a vida com diversos impactos nas pessoas e no planeta.

A Agenda 2030, lançada em 2015 pela ONU, e que propugna os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ficará imune às distintas consequências da pandemia?

O relatório da CEPAL⁶: “A América Latina e Caribe diante da pandemia de Covid-19: efeitos econômicos e sociais”, divulgado no dia 3 de abril de 2020 alerta que a crise do Covid-19 coloca em risco o cumprimento integral da Agenda 2030.

Este relatório fez simulação para 72 séries estatísticas dos ODS e mostra que em 73% dos indicadores há problemas até 2030, e estimula aos países analisarem que impactos, específicos, a Covid-19 causará nas políticas públicas da região.

Em um estudo, Thornton⁷ afirma que a taxa de progresso em direção às metas de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas é muito lenta e muito do que já se tinha alcançado está se perdendo pela pandemia da Covid-19 em sintonia com o Diretor da OMS que anunciou que:

*A boa notícia é que as pessoas em todo o mundo estão vivendo vidas mais longas e saudáveis. A má notícia é que a taxa de progresso é demasiada lenta para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável e será ainda mais afetada pela covid-19... (tradução nossa)*⁸.

Buss^{9,10} faz eco a essa análise do Diretor da OMS afirmando que a pandemia “combinada com uma recessão global pós-pandêmica, serão catastróficas para muitos países em desenvolvimento, e impedirão o progresso rumo aos ODS” e essa situação só poderá ser mitigada concretamente, se retóricas de solidariedade forem convertidas em recursos da ordem de US\$ 2,5 trilhões para apoiar estas nações.

Dois anos já haviam passados desde o lançamento dos ODS, e a Fundação Oswaldo Cruz¹¹ já alertava existir uma grande defasagem em relação aos compromissos assumidos, tanto em nível global quanto em âmbito nacional.

Dentre os inúmeros comprometimentos podemos destacar aqueles vinculados ao ODS 3 “Saúde” e ao ODS 4 “Educação”.

Repercussões para o ODS 3 – Saúde e Bem-estar

A CEPAL estima sério comprometimento de muitas metas com ênfase⁶ nos 3.8 e 3.9. Esta análise da CEPAL está em sintonia com documento da sociedade civil brasileira que se manifesta através

do Relatório Luz, publicado em 2020¹², que também identificou essas metas como ameaçadas, e apenas três com progresso satisfatório. Como exercício de análise de todas as metas do ODS 3, o Relatório concluiu que 23% delas retrocederam. 31% ameaçadas, 15% estão estagnadas, 8% com progresso insuficiente e apenas 23% com algum progresso.

Repercussões para o ODS 4 – Educação de qualidade

A CEPAL estima sério comprometimento das seguintes metas dos ODS⁶ 4: 4.1, 4.2, 4.3, 4.7. Esta análise cotejada com o Relatório Luz que identificou essas quatro metas com progresso insuficiente ou em retrocesso, e não observou nenhuma meta dos ODS 4 com progresso suficiente. Em um panorama geral do ODS 4, o Relatório Luz concluiu que 40% têm progresso insuficiente, 40% retrocederam e 20% estão estagnadas¹². Os dados apresentados demonstram que a Covid-19 é um revés para os ODS.

Em vista da viabilidade técnica dos ODS, especialistas, cientistas e movimentos sociais e sociedade civil devem falar “a verdade ao poder” sobre o que precisa ser feito para alcançar os ODS, em vez de apelar para uma ambição menor¹³.

Nosso artigo argumenta, com base no debate internacional que, apesar desse impacto, seguir a Agenda 2030 com a mesma ambição, é mais necessário do que nunca; e aponta possibilidades para seguir atuando na ativação da Agenda 2030 a partir dos casos de cinco municípios brasileiros: Barcarena (PA), Barueri (SP), Francisco Morato (SP), Santana de Parnaíba (SP) e São Paulo (SP).

Nos valem dos atributos de uma revisão narrativa, por meio de uma revisão seletiva da temática, sob ponto de vista contextual e qualitativo, e que discute o “estado da arte” da implementação da Agenda 2030, impactada pela pandemia da Covid-19, mas que aponta possíveis alternativas, na interpretação e análise crítica dos autores. A revisão narrativa não exige um protocolo rígido para a sua execução, contrastando este procedimento com a revisão sistemática¹⁴.

O Brasil e a Agenda 2030: breve contextualização

O último Relatório da Situação Nacional dos ODS no Brasil, publicado em 2017, e disponível no site da ONU¹⁵ acompanha o progresso dos ODS em nível nacional.

No Brasil, o Decreto Presidencial nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, cria uma instância colegiada de natureza consultiva e paritária composta por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil com o propósito de “internalizar, difundir, dar transparência e conduzir o processo de articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil para a implementação da Agenda 2030 em todo o território nacional”^{15,16}.

Se a adoção dos ODS nos municípios representa uma oportunidade para mitigar a grande disparidade regional, social e econômica no território nacional, sua incorporação nos planos de governo estaduais pode fortalecer a capacidade de mobilização do Governo Federal.

Nesse sentido, a participação da sociedade civil é considerada fundamental para o cumprimento da Agenda 2030. Em termos de mecanismos institucionais, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) deve se constituir em um espaço institucionalizado de diálogo, intercâmbio e de cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil¹⁵.

A composição da Comissão Nacional para os ODS Plano 2017-2019, criada pela Portaria SEGOV nº 38, de 24 de maio de 2017, alterada pela Portaria nº 56, de 07 de agosto de 2017¹⁰ teve na sua estrutura a representação de governos, sociedade civil, setor produtivo, assessoramento do IBGE e IPEA e 17 Câmaras Temáticas¹⁵.

Caberia ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) assessorar permanentemente a Comissão para a implementação da Agenda 2030 no país. À Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) caberia o desenvolvimento de proposta metodológica com o objetivo de construir as bases do Plano de Ação da Comissão Nacional ODS.

Importante dizer, que há mecanismos e ferramentas que podem e devem apoiar a participação da sociedade civil, o planejamento e a disseminação dos ODS no processo de localização, entre os quais se destacam os seguintes¹⁵: DialogaBrasil - uma plataforma de participação digital; Portal Participa.br - instrumento de mídia social para realizar consultas públicas, etc.; Estratégia ODS - um site eletrônico com organizações representando a sociedade civil, o setor privado, os governos locais e academia; a Plataforma da Agenda 2030 - uma plataforma estruturada em três eixos para o acompanhamento dos ODS; Mapa das Organizações da Sociedade Civil - uma plataforma georreferenciada com dados de organizações da sociedade civil; e o Atlas Municipal de Vulnerabilidade - plataforma que integra o Índice Social de Vulnerabilidade (IVS) organizado em três dimensões - infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho - permite mapear exclusão e vulnerabilidade social em 5.565 Municípios. Esta ferramenta auxilia municípios para avaliar e planejar ações com foco no local.

Por ser um modelo complexo de planejamento e gestão e requer uma ampla disseminação, a Agenda 2030 precisaria interessar, portanto, a várias partes e alinhar estratégias de internalização e localização com ampla comunicação, envolvendo toda a sociedade brasileira.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas que apoiam a localização dos ODS:

- *O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030)*. Busca divulgar os ODS, mobilizar a sociedade civil e influir politicamente junto ao governo brasileiro e junto à ONU. O GT Agenda 2030 produz a cada ano o Relatório Luz¹² que comunica o potencial impacto da implementação dos ODS sobre as pessoas e os territórios.
- *A Confederação Nacional dos Municípios (CNM)*, lançou o Guia para Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

nos Municípios Brasileiros - Gestão 2017-2020¹⁷. Esse documento da CNM se apoia no guia Ciudades y Gobiernos Locales Unidos - Objetivos de Desarrollo Sostenible - lo que los Gobiernos Locales Deben Saber (s/d) produzido pela Organização Global Ciudades e Gobiernos Locales Unidos (CGLU) com sede em Barcelona é uma rede global de cidades e governos locais, regionais e metropolitanos.

- *A “Parceria pelo Desenvolvimento Sustentável – Projeto pelo Fortalecimento dos Municípios para a Promoção da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana”* é uma iniciativa da Associação Brasileira de Municípios (ABM) com financiamento da União Europeia no Brasil.
- *A Fundação Oswaldo Cruz* que não compunha a CNODS, lançou em novembro de 2017 a Plataforma Ágora¹¹ - uma das iniciativas da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030, com o propósito de estimular de modo interativo o desenvolvimento da inteligência cooperativa para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.

Da criação da CNODS em 2016, até os dias de hoje, muito pouco se observou de ação governamental, ao contrário, o que se viu foi mais um retrocesso^{9,10} do Governo Bolsonaro com a extinção da própria CNODS pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019¹⁸. Tal dispositivo acabou não apenas com a CNODS, mas com diversos outros órgãos criados por decretos ou portarias, salvando-se apenas aqueles criados por meio de leis, significando um atentado à participação da sociedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Como aponta Buss⁹, o governo Bolsonaro “ao sancionar o plano plurianual para os próximos quatro anos (2020-2023), por meio da Lei 13.971, de 27 de dezembro de 2019, vetou “a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas”, com a justificativa de que o dispositivo é inconstitucional...”

Em junho de 2023, sociedade civil e membros do governo eleito se reuniram na Escola Nacional de Administração Pública para preparar a recriação da CNODS que havia sido reativada pelo Decreto nº 11.397/2023, de 21 de janeiro de 2023 como órgão colegiado da Secretaria de Governo¹⁹. Após esta reunião, em 4 de julho de 2023, foi criado um GT para em 90 dias apresentar uma proposta de reestruturação da CNODS²⁰.

Para problematizar a polarização entre seguir com uma agenda ambiciosa ou buscar mais cautela no alcance das metas

Os efeitos da crise climática, apesar de impactos distintos entre os países e dentro dos países do mundo ameaça a todos. Com isso, o sentimento de perder o mundo pode ser coletivo e isso pressupõe o compartilhamento de um destino comum da humanidade, mas certamente, não estamos todos no mesmo barco singrando para o fim do mundo²¹.

Há transatlânticos, iates, lanchas, veleiros, escunas, caiaques, barcos a remo, jangadas, e até naufragos agarrados em troncos no meio da correnteza²². A desigualdade social e econômica nos países do mundo e entre os países é um comum ético-político que precisa ser enfrentado.

Os ODS carregam a mensagem de que se o mundo não cuidar de 17 temas estratégicos de forma articulada, como propugna a Agenda 2030, o destino comum da nossa sobrevivência no planeta estará comprometido, bem como será uma falha moral ao não tratarmos todos os habitantes do planeta com a lente de equidade.

Como muito bem nos lembrou Ailton Krenak em seu livro recente “O amanhã não está à venda”¹: *Essa dor talvez ajude as pessoas a responderem se somos de fato uma humanidade*.

Entretanto, há vezes que pedem que a ambição anunciada pela agenda seja revista, pois a pandemia é um obstáculo para alcançar os alvos fixados em 2015²³.

Assim como demonstrado pelos dados de educação e saúde na América Latina indicados pela CEPAL⁶, outras fontes mostram que a vacinação de crianças em 70 países estagnou, que 90% dos estudantes do mundo foram mantidos fora das escolas o que compromete as metas de desenvolvimento infantil, o aumento da violência doméstica provocado pelas medidas de lockdown pagam um preço alto para alcançar metas de igualdade de gênero e empoderamento feminino e mais de 70 milhões de pessoas retornaram a situação de extrema pobreza²⁴. Mais ainda, a ONU e o Banco Mundial fizeram uma enquete com 122 escritórios nacionais de coleta de dados e observaram que 96% deles interromperam a coleta de dados presencialmente, o que prejudica a atualização das estatísticas populacionais²³.

Aqueles, incluindo os autores deste artigo, que querem seguir com a ambição da Agenda, reconhecem o impacto da pandemia sobre os êxitos que vinham sendo conquistados, e sugerem caminhos que mantenham a Agenda em movimento:

- Agregar as metas e indicadores em seis grupos que demandam “transformação” favorecendo a concentração de esforços por temas: (1) educação, gênero e desigualdade; (2) saúde, bem-estar e demografia; (3) energia descarbonizada e indústria sustentável; (4) alimentação, terra, água e oceanos sustentáveis; (5) cidades e comunidades sustentáveis; (6) revolução digital e desenvolvimento sustentável¹³.
- Desacoplar as metas de crescimento dos ODS, tanto porque crescimento não significa equidade e entra na conta do crescimento questões indesejáveis como trabalhos perigosos, engarrafamentos e poluição^{25,26}.
- Retirada de subsídios para combustível fóssil e favorecer a criação de empregos em áreas de energias limpas²⁵, movimento esse já iniciado por Joe Biden após sua posse em 2021 como presidente americano²⁷.

Não é tempo de se acomodar: os requisitos da Agenda 2030 nunca se fizeram tão necessários para o enfrentamento da

pobreza, desigualdade de gênero, crise climática e os imensos diferenciais socioeconômicos entre os países do mundo.

O futuro está em disputa, e “metas ambiciosas, se perseguidas criativamente, podem desencadear a inovação humana para acelerar o progresso para além de taxas previamente inimagináveis”¹³.

Possibilidades para seguir atuando na ativação da agenda 2030: a localização municipal como um caminho estratégico

Como apontamos anteriormente em relação aos ODS 3 e 4, o quadro é de estagnação, retrocesso, insuficiência e ameaça em relação às suas metas.

O cenário é alarmante, mas a “localização” dos ODS tem sido proposta como uma possibilidade para fortalecer as capacidades municipais em relação aos ODS, “traduzindo-os para as realidades locais dos municípios brasileiros”¹⁷, como um arcabouço para uma política de desenvolvimento local²¹: Só o governo não é capaz de ativar o desenvolvimento local, mas sem o governo também não é possível²⁸. Isso implica que os governos locais “atuem a partir de acordos e articulação com outros atores territoriais, para que as ações sejam efetivas e sustentáveis”¹⁷.

Nesse sentido, cabe aqui aportes conceituais e operacionais do que significa o termo “localização”, trazidos pela Confederação Nacional dos Municípios:

*Localizar a Agenda 2030 e os ODS não implica simplesmente uma tradução direta das políticas globais dentro dos contextos locais. Implica, sim, fomentar um processo baseado na capacitação e articulação dos atores locais, dirigido a alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio de ações relevantes para a população local, de acordo com as suas necessidades e aspirações*¹⁷.

*É importante a sensibilização e o envolvimento não apenas dos gestores públicos locais, como também dos vereadores, membros do judiciário, órgãos de controle, da sociedade civil, da academia e do setor privado, bem como dos atores estaduais e federais que atuam no Município*¹⁷.

A criação de fóruns, organismos e iniciativas nacionais e locais para a tomada de consciência e implementação da Agenda 2030 faz-se indispensável e exige rearranjos institucionais e implementação de políticas mais justas e equitativas que respondam às demandas sociais.

Uma vez demonstrada a omissão do governo federal em relação a esta Agenda, governos estaduais e municipais podem dar a sua contribuição. Desde 2015, notam-se movimentos em cidades e regiões, localizando ativamente a Agenda 2030, aproximando os ODS das pessoas que vivem e trabalham nesses locais.

Nesse sentido, os governos locais e regionais estão cada vez mais envolvidos com a Agenda 2030, e alguns buscam visibilidade

internacional no acompanhamento dos ODS, ao publicar voluntariamente suas ações no site o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas²⁹, sem nenhuma obrigatoriedade de repeti-los anualmente.

Estas publicações são chamadas de Revisões Locais Voluntárias (RLV) – do inglês *Voluntary Local Review (VLR)* - mesmo não tendo status oficial, demonstram a vontade política das autoridades em ativar localmente a Agenda 2030²⁹.

Embora, este movimento esteja proporcionando visibilidade internacional para as localidades envolvidas e abertura de diálogo com a ONU, até agora, apenas cinco cidades e dois estados brasileiros se dispuseram a postar seus relatórios no site da ONU. Apesar do site do RVL informar que “o processo de realização destas revisões subnacionais está a proporcionar múltiplos benefícios às entidades que neles participam e à implementação dos ODS, em geral, 5565 municípios e 25 estados brasileiros ainda não usufruíram desta possibilidade, talvez por não perceberem que benéficos seriam estes, ou pela distância abissal que os separam das organizações internacionais.

Os estados do Pará e São Paulo e as cidades de Barcarena (PA), Santana de Parnaíba (SP), São Paulo (SP), Barueri (SP) e Francisco Morato (SP) são os únicos entes subnacionais que voluntariamente já reportaram seus avanços²⁹.

Para efeito do nosso argumento de que as localizações municipais são estratégicas para (1) ativar os ODS, (2) manter a ambição da Agenda e (3) disputar um futuro mais promissor, analisamos criticamente os principais aspectos das cinco revisões municipais postadas no site da ONU^{21,30-33}, sem, no entanto, considerar na análise os dois estados, que não estariam incluídos no escopo da localização municipal, fulcro analítico desse estudo.

Na tabela 1, foi identificado nos informes dos municípios disponibilizados à ONU (1) qual visão de futuro expressam, que escopo de metas e indicadores se comprometem, (2) ambição e que (3) atividades de ativação local da Agenda 2030 são acionadas pelos municípios.

A tabela 1 mostra a potencialidade da localização municipal dos ODS para a ativação da Agenda 2030 ao indicar que dispositivos são acionados para a mobilização social em cada cidade.

Interessante notar que cada uma delas tem sua singularidade operacional, mas que é comum o exercício de ampliação social com o envolvimento do setor governamental, privado e sociedade civil.

Há algum grau de inovação impulsionado pela linguagem dos ODS, mas todos os municípios partem de projetos já implementados conectando-os com os ODS de acordo com a temática, dos respectivos, projetos.

A Agenda 2030 não deixa de ser indutora nos cinco municípios de uma visão de futuro que contemple ação de preservação ambiental e atuação sobre desigualdades sociais buscando a equidade com ênfase muitas vezes na atuação em saúde e educação, âmbitos da vida muito impactados pela pandemia da Covid-19.

Os municípios atendem o clamor internacional de seguir com a ambição da agenda no mérito, pois todos os três identificam ações conectadas com os 17 ODS, mas fazem suas escolhas e prioridades nos RVL em função dos seus planos municipais e PPA que quantificam metas.

Esses cinco casos demonstram possibilidades de ativação da Agenda 2030 localmente mesmo frente ao impacto da imunidade social baixa (políticas de austeridade fiscal) que já estava instalada quando a Covid-19 chegou, bem como, com todo seu impacto na vida social, sanitária e educacional.

Apesar da Agenda 2030 ter uma origem global e que dialoga mais com os países, sem as cidades ela fica sem chão. A localização municipal dos ODS demonstrada pelos casos dos cinco municípios analisados é a possibilidade estratégica para ancorar a Agenda 2030 e todos os seus significados onde estão enraizados nos chãos das cidades, a vida vegetal, animal e humana, que juntas conformam um eco sociedade razão primeira da preservação da vida no planeta terra.

Comentários: “O chão contra o cifrão” para aterrizagem a Agenda 2030

O “entre aspas” que dá o título a esses comentários finais, é do eminente geógrafo Milton Santos. Foi utilizada em seu artigo publicado na Folha de S. Paulo³⁴, em que propugna o território como o espaço para formar, formular, implementar e avaliar políticas públicas, bem como para resistir aos efeitos nefastos da globalização^{34,35}.

A pandemia da Covid-19 é um efeito nefasto da globalização^{5,32,33} e, nesse sentido, valorizar e atuar sobre o chão, o local onde pisamos, o solo das nossas cidades, a localização municipal dos ODS pode ser considerada como uma maneira de contrapor-se ao impacto que a Covid-19 está tendo sobre o alcance das metas dos ODS.

Nosso argumento é que a operacionalização da Agenda 2030 inicia-se no espaço concreto de vida das pessoas, onde vivem, amam e trabalham, isto é, no território local.

Vimos com os exemplos apresentados dos cinco municípios que a Agenda 2030 não deixa de ser indutora de uma visão de futuro que contempla ações de preservação ambiental e atuação sobre desigualdades sociais e busca a equidade com ênfase, muitas vezes, nas áreas de saúde e educação, âmbitos da vida muito impactados pela pandemia da Covid-19.

Se a atual conjuntura de crise societária brasileira, caracterizada por uma total ausência de políticas públicas, fez o Brasil de 2022 estar na vanguarda do retrocesso³⁶, e causou efeitos devastadores no enfrentamento da pandemia em comparação com o V Relatório Luz³⁶, no Relatório VI³⁶, as metas em retrocesso aumentaram de 92 para 110 e as com progresso insuficiente passaram de 13 para 24³⁶ abrem-se, por outro lado, possibilidades concretas que faz ressurgir nos discursos e nas práticas certa consciência da garantia dos direitos universais.

Tabela 1: Visão de futuro, ambição e atividades de ativação local da Agenda 2030 que são acionadas pelos municípios de Barcarena (PA), Santana de Parnaíba (SP), São Paulo (SP), Francisco Morato (SP) e Barueri (SP).

Municípios	Visão de Futuro	Ambição	Atividades para ativar a Agenda localmente
Barcarena (PA) Pop. 126.650 habitantes. IBGE, 2022.	Reconhecimento de Barcarena, até 2025, como uma cidade sustentável, assentada num tripé que envolve: a proteção das riquezas naturais, compreendendo os recursos naturais e aspectos culturais da relação homem-natureza; uma plataforma de direitos sociais acessível a todos os cidadãos e o desenvolvimento econômico em bases locais.	Compromisso com 40 metas nos 17 ODS.	Inflexão no modelo de gestão municipal e na relação Estado-Sociedade, marcada pelo processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2014-2017, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Articulação Institucional (SEMPLA). Parceria com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa) para a realização de um Curso de Capacitação em Administração Pública e Planejamento Governamental. Audiências Públicas nas 5 Regiões Administrativas do município e reuniões técnicas com a iniciativa privada e demais atores sociais. Diagnóstico situacional do município que inovou o conceito de planejamento governamental. Em 2016, a Prefeitura de Barcarena passou a vincular seus planos, programas, projetos e ações à Agenda 2030 e a incorporar seus ícones a toda peça de divulgação governamental.
Santana de Parnaíba (SP) Pop. 154.105 habitantes. IBGE, 2022.	Santana de Parnaíba conectada a um futuro equitativo e sustentável	Elegeram sete ODS prioritários - 1, 3, 4, 11, 15, 16, 17 - com o mote "Medindo o que importa" monitorando 67 metas, mas associando-se com todos os 17 a partir de seus projetos e programas	Escolha de três projetos prioritários sinérgicos com ideias forças - desigualdades, cidade inteligente, política ambiental - para ativar os ODS: (1) As desatadoras de nós: uma análise do impacto das políticas públicas para mulheres na redução das desigualdades; (2) Inteligência como fator humano: a busca por ser uma Smart City com o engajamento da administração pública; (3) De ação em ação: política ambiental na busca da sustentabilidade. Foram definidos cinco estágios para a ativação dos ODS na cidade, cada um com ferramentas/atividades específicas: 1) Engajamento – Visibilizar tudo aquilo que a cidade já vem colhendo positivamente dentro das metas dos ODS (72 projetos e programas e análise de incidência destes sobre os ODS); 2) Integração Vertical - Seleção dos Objetivos mais importantes para o município; 3) Medindo o que importa A utilização de um conjunto robusto de metas e indicadores baseados em evidências; 4) Produzindo um Relatório Local Voluntário e apresentado em Audiência Pública; 5) Mainstreaming - identificadas histórias inspiradoras e com resultados efetivos para permear a narrativa técnica e política.
São Paulo (SP) Pop. 11.451.245 habitantes. IBGE, 2022.	A Agenda 2030 materializa a integração e a trajetória percorrida por todos os instrumentos de planejamento municipal. O resultado é a conquista de uma São Paulo mais sustentável, com maior qualidade de vida, educação, saúde e com redução dos índices de pobreza e desigualdade social.	135 metas municipalizadas dentre os 17 ODS.	Comissão Municipal ODS com funções consultivas e deliberativas e composição paritária entre poder público e sociedade civil, sendo oito órgãos públicos municipais com titulares e suplentes e 16 organizações da sociedade civil (8 titulares e 8 suplentes) distribuídas em 3 segmentos - regional, iniciativa privada e instituições de ensino. Publicação de um edital de Seleção Pública de Representantes da Sociedade Civil para compor a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) no biênio 2020-2022. com mínimo obrigatório de 50% de mulheres. A Comissão Municipal ODS estabeleceu a divisão dos trabalhos em 7 Câmaras Temáticas. Educacionais, Econômicas, Ambientais, Saúde e Bem-estar, Sociais, Urbanas e Fortalecimento Institucional para a localização municipal dos ODS. As deliberações das Câmaras Temáticas foram submetidas à consulta pública online, por meio da plataforma de Governo Aberto Participe+.
Barueri (SP) Pop. 316.473 habitantes. IBGE, 2022.	"Barueri, Cidade Inteligente e Sustentável!" A ideia é agir localmente para gerar mudanças globalmente. "Barueri no Caminho Certo – ideias para que a cidade continue a crescer"	O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) foi utilizado para selecionar os indicadores de cada um dos 17 ODS que totalizam 90 indicadores. A escolha de Barueri por usar o IDSC-BR foi algo que lhes propicia comparar resultados com outros municípios e partir de uma metodologia que já tem o reconhecimento das Nações Unidas	Ação assistencial via CRAS e projetos de geração e renda e de hortas comunitárias: Fundos de solidariedade; Expansão de serviços de saúde e Programa Vida Ativa e de Alimentação Saudável; Expansão de salas de aula e programas de inclusão escolar; Fiscalização de leis de defesa das mulheres e atividades de lazer; Espaço Mulher; Acesso universal à água, projetos de melhoria da qualidade da água e uso racional da água; IPTU verde e estímulo ao uso de fonte solar; Parcerias com setor privado e governos para aumentar oferta de postos de trabalho estáveis e dignos; Barueri sem papel; Tecnologia Assistiva; Programas de moradias; Ciclovias; Projetos de escoamento de água; Tratamento de esgoto antes de desaguar nos rios; Criação de parques urbanos
Francisco Morato Pop 165.139 habitantes. IBGE, 2022.	Programa de governo pautado nos ODS, um norteador de políticas públicas. Construção de uma cidade que pode se (re) conhecer como cidade, com orgulho de ser moratense.	Construção de políticas públicas que visam atender a todos, em especial às pessoas em situações de vulnerabilidade, os jovens, as mulheres e os idosos. Até 20220 as ações estavam relacionadas com apenas 7 dos ODS, para o período 2020-2024 as ações municipais estão relacionadas com os 17 ODS.	Criação de Leis Municipais; Formação dos servidores públicos municipais sobre os ODS; Ferramentas da administração municipal que divulgam os ODS; A elaboração de Plano Plurianual de forma participativa e com a vinculação aos ODS atendidos para o quadriênio 2018-2021 e 2022 a 2025; Comissão municipal dos ODS; Ferramentas de divulgação dos ODS; Programa Morato Inclusiva e sustentável; Parcerias com Programa Cidades Sustentáveis, ABRINQ e Estratégia ODS

Fonte: Dados das Revisões Locais Voluntárias da UN (2023). Disponível em: <https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews>.

E esta talvez seja a maior das advocacias das áreas sociais apoiando a mobilização permanente contra os retrocessos da esfera pública e lutando por novos projetos societários, mais inclusivos e coletivos.

Políticas de inclusão de renda como instrumento de melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis será fundamental para suportar o período pós-pandêmico, bem como, para possibilitar a expectativa de uma vida mais digna para todos. Uma reformulação sociopolítica será necessária para atender a atual necessidade de regulação multilateral de poderes para atender à justiça social com políticas públicas amparadas na igualdade de oportunidades.

Para promoção da educação e da saúde as políticas públicas deverão dar ênfase à ampliação da participação e transparência e com maior aproximação entre os poderes (federal, regional e local) e a sociedade civil organizada.

Este poderia ser o papel da Comissão dos ODS no Brasil como animadora de um necessário processo de governança nacional, e se tornar uma ação de Estado. A contextualização da Agenda 2030 feita no início deste artigo no Brasil mostrou os obstáculos, mas também as ferramentas e sujeitos interessados nesse movimento.

Resta-nos a luta dos movimentos da sociedade civil e da ação de alguns estados e municípios brasileiros. “E essa me parece ser a principal causa que deve nos mover no momento”, como apon- tou Vilhena³⁷, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o que nos convoca a observar, analisar, debater e divulgar experiências subnacionais que governos e sociedades civis estão ativando, como as apresentadas nesse estudo.

Ainda, há que se ativar os ODS de forma alinhada às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, princípios caros ao SUS como a intersetorialidade, universalização e equidade em saúde, podem se conectar com a complexidade dos temas da Agenda 2030³⁸. Cumpre finalizar com uma nota de otimismo, pois a ONU em seu *High-Level Political Forum* de 2023 segue propugnando implementar a Agenda 2030 com a mesma ambição de 2015 ao instar seus membros para “Acelerar a recuperação da doença coronavírus (Covid-19) e plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis”³⁹. E que a re-criação da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possa fazer eco no Brasil a esta proposta da ONU.

REFERÊNCIAS

- Krenak A. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
- Iamarino A. Após o coronavírus, o mundo não voltará a ser o que era. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597697-apos-o-coronavirus-o-mundo-nao-voltara-a-ser-o-que-era>.
- Eberstadt N. The “New Normal”: thoughts about the shape of things to come in the post-pandemic world. *New Normal Asia*. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/the-new-normal-thoughts-about-the-shape-of-things-to-come-in-the-post-pandemic-world/>.
- Rodrigues S. Novo normal é o novo anormal. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2020/07/novo-normal-e-o-novo-anormal.shtml>.
- Brum E. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html>.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 Efectos económicos y sociales. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales>.
- Thornton J. Covid-19 pandemic has derailed progress on sustainable development goals, says WHO. *BMJ*. 2020;369:m1969. <https://doi.org/10.1136/bmj.m1969>
- World Health Organization (WHO). World health statistics 2020: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: World Health Organization, 2020.
- Buss PM. De pandemias, desenvolvimento e multilateralismo. *Le Mond Diplomatique (Brasil)*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/de-pandemias-desenvolvimento-e-multilateralismo/>.
- Buss PM. Implementação da Agenda 2030 e dos ODS: perspectivas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Ágora: Agenda 2030. Disponível em: <https://agora.fiocruz.br/agenda2030/>.
- Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC). IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030: de Desenvolvimento Sustentável: Brasil. Recife: GTSC, 2020.
- Sachs J, Schmidt-Traub G, Lafortune G. Speaking truth to power about the SSDGs. *Nature*. 2020;584:344. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02373-7>
- Rother ET. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paul Enferm*. 2007;20(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Brasil. Presidência da República do Brasil. Relatório Nacional Voluntário sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável: Brasil 2017. Brasília: Presidência da República, 2017.
- Bonine E. Interfaces entre promoção da saúde e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): narrativas na vigência da implementação da Agenda 2030 no Brasil. [Tese Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2018.
- Confederação Nacional de Municípios (CNM). Guia para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros: gestão 2017-2020. Brasília: CNM; 2017.
- Brasil. Casa Civil da Presidência da República (CC). Decreto Nº 9.759, 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30901900>
- Brasil. Presidência da República. Governo Federal retoma Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/junho/governo-federal-retoma-agenda-2030-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-do-milenio>.

20. Brasil. Presidência da República. Grupo de trabalho revisará decreto da Comissão Nacional para os ODS. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/julho/grupo-de-trabalho-revisara-decreto-da-comissao-nacional-para-os-ods>.
21. Rede Nossa São Paulo. Relatório de localização dos ODS na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/08/05/prefeitura-lanca-relatorio-de-localizacao-dos-ods-na-cidade-de-sao-paulo/>
22. Akerman M, Pinheiro WR. Covid-19: não estamos no mesmo barco. *Le Mond Diplomatique* (Brasil). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/covid-19-nao-estamos-no-mesmo-barco/>.
23. Time to revise the Sustainable Development Goals. The pandemic has set back efforts to achieve the original 2015 targets. The need for change to make them more attainable is stronger than ever. *Nature*. 2020;583:331-2. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02002-3>
24. Wenham C, Smith C, Davies SE, Feng H, Grépin KA, Harman S, et al. Women are most affected by pandemics - lessons from past outbreaks. *Nature*. 2020;583(7815):194-8. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02006-z>
25. Naidoo R, Fisher B. Reset Sustainable Development Goals for a pandemic world. *Nature*. 2020;583(7815):198-201. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02006-z>
26. Akerman M, Botazzo C, Assis-Acurcio F. Recessão pode até melhorar indicadores de saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/04/recessao-pode-ate-mehorar-indicadores-de-saude.shtml>.
27. New York Times. Biden's Big Bet: Tackling Climate Change Will Create Jobs, Not Kill Them. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/31/climate/biden-climate-jobs.html>.
28. Akerman M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. 4 ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
29. United Nations (UN). Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. Voluntary Local Reviews. Disponível em: <https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews>.
30. Prefeitura de Barcarena. Localização da Agenda 2030. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2020-09/Location-of-the-Agenda-2030-in-Barcarena.pdf>.
31. Prefeitura de Santana de Parnaíba. Santana de Parnaíba conectada ao futuro: objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/06/santana_de_parnaiba_2019_pt_1.pdf
32. Prefeitura Municipal de Francisco Morato. Informe Voluntário Local. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/vlrs/2023-08/vlr_francisco_morato_spa.pdf.
33. Relatório Voluntário Local de Barueri. Barueri Cidade Inteligente e Sustentável. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/vlrs/2022-11/barueri-vlr_2022.pdf.
34. Santos M. Noção de território nacional desponta hoje como único limite à ação cega do mercado: o chão contra o cifrão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs28029904.htm>.
35. Akerman M. Examinando elementos que possam influenciar a formulação de políticas em estudos que utilizaram indicadores compostos: o chão contra o cifrão. *Cienc Saude Coletiva*. 2000;5(1):115-23. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100010>
36. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC). VI Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030, Brasil. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf.
37. Vilhena O. 1ª Conferência Nacional de Advocacy reforça a necessidade e os desafios do trabalho em rede no atual momento brasileiro. Disponível em: <https://gife.org.br/1a-conferencia-nacional-de-advocacy-reforca-a-necessidade-e-os-desafios-do-trabalho-em-rede-no-atual-momento-brasileiro/>.
38. Cruz DKA, Nóbrega AA, Montenegro MMS, Pereira VOM. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. *Epidemiol Serv Saude*. 2022;31(spe1):e20211047. <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200010.especial>
39. United Nations (UN). High-Level Political Forum 2023. Disponível em: <https://hlpf.un.org/2023>.